



TESES DE TRANCOSO

Participar para a Inclusão Social e Territorial

CONCLUSÕES DA VI ASSEMBLEIA MANIFesta



Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local

Av. Santos Dumont, 57 -1º Esq.

1050-202 LISBOA

www.animar-dl.pt

www.facebook.com/associacao.animar

<https://agencianimar.com>

www.cidadaniaemp Portugal.pt

animar@animar-dl.pt

Telef.: 21 952 74 50/1

MAIO 2005

f) **Grandes Linhas de Acção:**

- Dinamização das economias e do emprego locais;
- Promoção do desenvolvimento sustentável e de estratégias de gestão participada do território;
- Promoção da cidadania activa;
- Valorização da igualdade de oportunidades;
- Animação da rede e qualificação das organizações;
- Formação para a liderança, iniciativa e empreendedorismo, sem dispensar a utilização das tecnologias de informação;
- Promoção da informação e comunicação intra e transterritorial;
- Observatório da Intervenção Social e do Desenvolvimento Local.

g) **Modalidades de concretização** – contratualização com o Estado, gestão local/ regional e nacional.

5. DESAFIOS A PARTILHAR

O Quadro Estratégico apela ao envolvimento dos diferentes actores sociais e institucionais – associações e outras colectividades, Estado Central (relevo a dar aos organismos desconcentrados regionais) e Local, Escolas, Universidades, Empresas, etc.. No entanto, será estimulado o protagonismo das organizações cívicas e solidárias (OCS), aquelas que promovam uma cidadania activa e responsável e que participem activamente para uma governança integrada, ou seja, que contribuam com iniciativas inovadoras, em parceria e/ou em rede, para uma sociedade aberta e inclusiva.

Pelos mesmos motivos, de envolvimento e articulação múltipla, o Quadro Estratégico tem de ser construído segundo um processo que aprofunde a valorização democrática e, portanto, não se sujeite à mera estreiteza tecnocrática, mais vocacionada para a preparação de processos de crescimento que de desenvolvimento, necessariamente humano.

Trancoso, 29 de Maio de 2005

TESES DE TRANCOÇO PARTICIPAR PARA A INCLUSÃO SOCIAL E TERRITORIAL

CONCLUSÕES DA VI ASSEMBLEIA MANIFesta

0. INTRODUÇÃO

As presentes conclusões foram fruto de muitos debates e assembleias locais e regionais e, assim, centraram-se sobretudo nas matérias que ganharam acuidade neste processo da VI MANIFesta, de Trancoso.

Todavia, tal só pode acontecer porque damos como adquiridos os documentos, teses e declarações que foram produzidos nas anteriores edições da MANIFesta, o que significa que as *Teses de Amarante, Tavira e Serpa* se devem juntar a este texto como parte integrante da documentação de referência do Movimento do Desenvolvimento Local (MDL).

Esta realidade traduz-se na existência de uma matriz em que a defesa da autonomia, credibilidade e produtividade no MDL exige, para a sua afirmação, um Quadro Estratégico de Relacionamento com o Estado, sujeito a contratualização, estabelecendo deveres e direitos claros e efectivos.

1. OS PROBLEMAS E AS NECESSIDADES: PESSOAS, TERRITÓRIOS E ORGANIZAÇÕES

Apesar do trabalho intenso das duas últimas décadas, tanto das organizações da sociedade civil como da administração pública, muitos problemas – mais ou menos graves – permanecem e novos problemas surgem, sem que os actores tenham tido possibilidade de lhes dar resposta. Podemos identificá-los em três domínios: no âmbito das pessoas (A); dos territórios (B); das organizações(C):

(A) Pessoas

1. Situações de nulos ou fracos rendimentos, provocadas por desemprego prolongado, pela falta de perspectivas de emprego, pela actividade económica rentável em zonas do interior, por falências de empresas ou falta de respostas de actividades económicas geradoras de rendimentos em periferias urbanas;
2. Baixo nível de competências pessoais, sociais e profissionais, bem como de capacidade empreendedora, com origem em:
 - fracos níveis de escolaridade, de formação e/ou qualificação profissional;
 - situações de exclusão e carência de envolvimento social e profissional, com enquadramento familiar, comunitário e/ou territorial;
 - baixos níveis de confiança no presente e no futuro (desânimo, depressão e pessimismo), o que se associa à desmotivação pessoal, à fraca estruturação familiar e das comunidades em áreas sujeitas a esquecimento e desinvestimento, situações que propiciam o abandono e o despovoamento.

(B) Territórios

1. Baixa densidade demográfica e relacional, associadas ao envelhecimento, à inércia social e económica e a uma falta de partilha de protagonismos e lideranças para a mudança;
2. Frequentes situações de fraca acessibilidade intra-regional;
3. Problemas ambientais ligados ao abandono de campos e florestas, mas também a práticas agrícolas desajustadas e a carências de intervenção qualificada em planeamento e ordenamento;
4. Espaços naturais, paisagens e património construído, em declínio ou em abandono, mas com novas possibilidades de preservação e valorização;
5. Organização territorial desajustada, em grande parte devido à falta de uma dimensão de natureza administrativa de nível regional e à forma de exercício das competências dos municípios, que não priorizam a mobilização do capital social dos territórios.

(C) Organizações

1. A falta de um quadro de relacionamento entre o Estado e as Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL), situação geradora de relações de desconfiança mútua e que reduziu a eficácia das políticas do último período de programação comunitária;
2. A realização de acções baseadas na actual lógica de projectos para responder a necessidades e problemas permanentes cria quatro tipos de dificuldades:
 - a) interrupção das respostas no final dos projectos;
 - b) dificuldades na gestão dos recursos das OIDL;

nova dinâmica glocal plena de desafios, mas também de ameaças?

É necessária uma (i)nova(dora) atitude dos actores do desenvolvimento local: trabalhar em rede, competindo e cooperando, recriando uma rede de territórios que sabiamente rentabilizem as complementaridades dos locais, contribuindo para um país mais coeso e solidário.

4. CONTRIBUTOS PARA UM QUADRO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO PARA O DL

A experiência de 20 anos de trabalho das OIDL, em termos de intervenção local para qualificar pessoas e territórios e melhorar as condições de vida, demonstra que é possível e desejável uma parceria activa entre o Estado e a Sociedade Civil Organizada e Exigente.

Esta parceria, construída numa base de responsabilidades partilhadas e contratualizadas, poderá contribuir para ultrapassar as deficiências que se evidenciaram na execução das políticas dos últimos períodos de programação comunitária e que dificultaram a eficácia das intervenções.

O Quadro Estratégico que propomos é uma figura inovadora, com significativo carácter imaterial, cujo objectivo é dinamizar o Desenvolvimento Local. Será, nesse sentido, uma mais-valia para os territórios, para as OIDL e para o Movimento do DL em geral. Buscará inspiração em projectos, experiências e práticas bem sucedidas, para que diferentes actores e territórios possam beneficiar e ganhar tempo.

Definimos este quadro em seis pontos:

- a) **Carácter** – flexível, integrador e inovador;
- b) **Finalidades** – fomentar a coesão, a inclusão social e territorial, o bem-estar e a qualidade de vida numa perspectiva de interesse geral; dinamizar as economias locais, promover a competitividade solidária e sustentável e continuar a incentivar a afirmação da excelência dos lugares;
- c) **Objectivos** – contribuir para a “fertilização cruzada”, em rede, que permita capacitar interactivamente os actores/organizações de modo continuado e durável, não dispensando, para tal a parceria entre poderes públicos e organizações da sociedade civil.
- d) **Níveis** – nacional, de natureza mais global e integradora, da iniciativa da Animar e de outras redes; regional/local, com carácter mais específico, da acção de actores locais, públicos e privados, em cooperação;
- e) **Metodologia** – não “reinventar a roda”: partir das numerosas práticas bem sucedidas; articular programas, territórios e pessoas, aplicar as metodologias de investigação prática (investigação/acção e participativa), avaliação contínua e participada, qualitativa e quantitativa.

Estes resultados/produtos precisam de ser continuamente aprofundados constituindo-se como balizas para a definição do Quadro Programático flexível, integrado, multi-temático e de longo prazo.

3. A ANIMAR E O PROCESSO MANIFesta

Desde a constituição da Animar, em 1993, que se tem afirmado a construção dinâmica de uma rede de iniciativas solidárias para o DL.

A dinâmica encetada tem progredido a pulso e com dificuldades, na mesma medida de uma democracia jovem, fortemente moldada por uma história nacional de organização centralista e condicionada por processos elitistas, hierarquizantes e de exclusão.

A MANIFesta é parte deste processo. E cada MANIFesta tem sido um novo ponto de partida. Desde Santarém, paulatinamente, tem-se vindo a reflectir, a avaliar, a propor e a desafiar, no sentido de ultrapassar pensamentos e práticas acomodadas e pouco adaptadas às novas exigências de uma sociedade em mudança.

Cada Assembleia abriu perspectivas para uma intervenção mais relevante e qualificada de cidadãos e organizações cívicas e solidárias, valorizando a aprendizagem colectiva.

Da MANIFesta 2003 (Serpa), salientamos os dois grandes eixos de debate sobre as OIDL: a) sustentabilidade e financiamento; b) visibilidade e comunicação. Nela se afirmou a imperiosa necessidade de definição de uma *Carta de Relacionamento entre o Estado e as OIDL* e se defendeu a participação do Movimento do DL no processo de preparação de futuros programas nacionais e comunitários.

A MANIFesta 2005, na Aldeia Histórica e Cidade de Trancoso, assentou de novo na realização de um conjunto de encontros regionais e locais em todo o país, que congregaram mais de três centenas de participantes individuais e 164 participantes colectivos. Foram, uma vez mais, oportunidades de olhar para o movimento do DL, para a sociedade e de pensar estrategicamente o futuro.

As questões que mais mobilizaram as atenções foram as relativas ao associativismo, à educação e à formação. Mas o elemento agregador de todos os debates foi a apresentação de contributos para a concepção de um Quadro Estratégico que dê unidade às intervenções dos próximos anos, a contratualizar entre as organizações e o Estado. Um instrumento que nos permita gerir com mais competência e eficácia, ganhar sustentabilidade, promover a inovação social, bem como a coesão e a competitividade solidária dos territórios.

A questão central que se nos coloca hoje é sabermos como poderemos dar um salto qualitativo no desenvolvimento dos territórios que habitamos. Como poderemos criar novas oportunidades para a inclusão, de pessoas e territórios, nesta

- c) descredibilização das intervenções e organizações;
 - d) ausência de “uma cultura de avaliação”;
3. A sobreposição de acções, projectos e actividades concorrentes, porque não obedeceram a uma lógica de concertação e conjugação de esforços entre as organizações orientada para metas comuns, criam desperdício e ineficácia;
 4. A existência de lacunas na qualificação de líderes, técnicos, associados e outros protagonistas favorece alguma vulnerabilidade das organizações ao nível das funções de planeamento, gestão e avaliação.

As OIDL consideram que um dos factores que está na origem de algumas das dificuldades apontadas prende-se pelo facto de não existir uma verdadeira contratualização entre o Estado e estas organizações que obrigasse ambas as partes a um compromisso comum de respostas continuadas para os problemas estruturais.

2. MOBILIZAR A MEMÓRIA PARA CONSTRUIR O FUTURO

A experiência do financiamento do DL

Ao longo dos últimos 20 anos, as múltiplas e diversas OIDL realizaram muitos projectos e intervenções ao abrigo duma grande variedade de instrumentos e programas, da responsabilidade de vários ministérios e instituições do Estado português, principalmente através de fundos comunitários da União Europeia (UE).

A fragilidade das políticas sectoriais, a ausência das políticas territoriais e a multiplicidade de programas e de interlocutores sem articulação obrigam as OIDL a intervenções espartilhadas por um somatório de projectos com metodologias muito diversas.

A gestão pública dos instrumentos financeiros, pautada por regras rígidas e burocratizadas e por critérios pouco claros e unilaterais, provoca um excessivo peso da componente administrativa e financeira, desviando a atenção e recursos da intervenção no terreno.

Daqui, um primeiro desafio: as OIDL e o Movimento do Desenvolvimento Local necessitam que os instrumentos de apoio e de fomento estejam formatados debaixo de um só Quadro Estratégico com uma Entidade Governamental interlocutora, que coordene as relações com as organizações.

Mas se fazemos uma avaliação negativa de muitos dos instrumentos com que temos trabalhado, há experiências positivas que podem e devem servir de referência para o Quadro Estratégico que desejamos. Assim, é possível encontrar práticas valiosas (a identificar), enquadradas por programas como:

- A primeira geração do *Programa ILE* (Iniciativas Locais de Emprego), particularmente a modalidade de financiamento das chamadas ILE de Apoio, bem como a Medida de Apoio à criação de Associações de Desenvolvimento, ambas geridas pelo IEFP;
- O programa *LEADER* que, enquanto Iniciativa Comunitária, possibilitou a afirmação de alguns casos em que a sociedade civil organizada dos territórios rurais geriu com autonomia meios financeiros, no quadro de planos locais definidos pelas diversas entidades gestoras, sustentados em parcerias activas;
- O programa de *Recuperação de Centros Rurais*, no âmbito do PPDR (QCA II), que permitiu alguns sucessos, em termos de intervenção múltipla e integrada de base local;
- O *PIPPLA* – Programa de Iniciativa Piloto de Promoção Local de Emprego no Alentejo – que, sendo apenas testado nesta região, no quadro do Programa Regional de Emprego, foi considerado pelas mais de duas dezenas de organizações que a ele acederam, uma prática bem sucedida, tendo em conta a sua cobertura, a multiplicidade de intervenções numa lógica integrada e o facto de priorizar os investimentos imateriais;
- O *Eixo 5 do POEFDS*, que privilegiou o investimento imaterial na animação, dinamização social e promoção da cidadania;
- A *Pequena Subvenção Global*, também no âmbito do POEFDS, que permitiu contractualizar organizações nacionais (Animar, CÁRITAS e REAPN) para que estas apoiassem técnica e financeiramente micro-projectos de associações sem capacidade técnica de acederem aos programas do Quadro Comunitário de Apoio;
- A Iniciativa Comunitária *EQUAL*, que permitiu valorizar as metodologias enquanto produto e realçar a complementaridade entre parceiros e a importância da capacitação das organizações;
- A *Rede Social*, enquanto parceria activa e potenciadora da gestão partilhada dos recursos de apoio social e da concertação estratégica das intervenções, constituiu e constitui uma plataforma de aprofundamento das relações locais;
- A *Agenda 21 Local*, como ponto de partida para uma abordagem integrada às questões do Desenvolvimento Sustentável nos micro-territórios.

Os Produtos do Desenvolvimento Local

Os resultados do DL traduzem-se em mudança na vida das pessoas e dos territórios. Que resultados são estes? Quais são os Produtos do DL?

1. O que começou por vontade de uns poucos é hoje um Movimento de alguns milhares que, espalhados pelo país, fazem da promoção e prática do Desenvolvimento dos territórios trabalho, militância, voluntariado, acção cívica e solidá-

ria. Apenas no quadro das organizações que constituem a base associativa da Animar colaboram mais de oito mil pessoas. Este é um resultado fundamental – o Desenvolvimento para Todos tem um número crescente de cidadãos empenhados;

2. Estes cidadãos são o motor de Organizações – Empresas, Associações, Cooperativas, IPSS – que se criam, qualificam, capacitam, diversificam e relacionam, e que formalizam a participação social e activa destes homens e mulheres. Estruturas com rostos e com acção são Produtos fundamentais do DL;
3. O enriquecimento de actividades que passam a assumir uma perspectiva territorial, antes desenvolvidas de forma espartilhada e sectorial, tais como a acção social, a educação, a cultura ou o desporto é um traço marcante deste percurso, através da integração de uma perspectiva mais alargada no entendimento dos problemas e na definição das intervenções, complementado com o surgimento de novas e adequadas articulações institucionais;
4. A evolução do conceito de Território para além dos limites administrativos, que resulta em grande medida da metodologia e da intervenção do DL, potencia a criação de novas relações inter e intra territoriais, reforça as condições para a gestão participada destes territórios e para a abordagem ao necessário processo de descentralização e de regionalização – o DL cria as bases territoriais para a existência de uma partilha de governo efectiva;
5. A valorização das artes e ofícios tradicionais, enquanto actividades que ganham dimensão económica e social, para além da dimensão etnográfica;
6. A integração do DL e da animação na educação e formação, enquanto conteúdo nos diversos níveis e áreas de ensino, é um resultado bem visível;
7. O aprofundamento da Democracia, enquanto exercício de cidadania – acesso à actividade económica, direito ao crédito, à qualificação, educação e formação, entre outros;
8. A valorização da identidade rural e do interior enquanto factor promotor da auto-estima individual e colectiva, da capacidade relacional e da iniciativa;
9. Novas oportunidades e experiências de desenvolvimento inclusivo, em trabalho com população antes excluída, construindo alternativas numa Europa que se deseja solidária;
10. O planeamento do investimento público e privado nos territórios ganha uma perspectiva de integração através da participação dos actores da sociedade civil, realidade bem evidente, por exemplo, na gestão dos instrumentos do Desenvolvimento Rural;
11. Diagnósticos, conhecimento da diversidade dos territórios e dos seus problemas e formulação de propostas.